

REVISTA BATISTA PIONEIRA

Bíblia ▪ *Teologia* ▪ *Prática*

Volume 12
Número 2
Dezembro 2023

REVELAÇÃO, INSPIRAÇÃO, CANONICIDADE E PRESERVAÇÃO: COMO RELACIONAR ADEQUADAMENTE TAIS CONCEITOS CONSIDERANDO A HIPÓTESE DE TEXTOS NÃO PRESERVADOS DE AUTORIA PROFÉTICA OU APOSTÓLICA

REVELATION, INSPIRATION, CANONICITY AND PRESERVATION: HOW TO ADEQUATELY RELATE SUCH CONCEPTS CONSIDERING THE HYPOTHESIS OF NON-PRESERVED TEXTS OF PROPHETIC OR APOSTOLIC AUTHORITY

Me. Alex Esteves da Rocha Sousa¹
Dr. Claiton André Kunz²

RESUMO

Questionamentos contemporâneos sobre a origem, natureza e extensão das Escrituras exigem renovação do discernimento teológico de conceitos fundamentais, como revelação, inspiração divina, canonicidade e preservação. Um modo proveitoso de operar tais distinções consiste em examinar o caráter de textos que, embora de autoria profética ou apostólica, não constituem o Cânon Bíblico. Há diferença entre o texto divinamente inspirado e as fontes documentais empregadas. Houve revelação desacompanhada de inspiração, mas não inspiração desprovida de revelação. A inspiração divina associa-se ao texto, e não à pessoa do autor. Uma fonte pode não ser inspirada, mas seu registro, sim. As variadas formas de elaboração não afastam o

¹ Mestrando em Teologia Ministerial pela Carolina University. Pastor-Evangelista da Assembleia de Deus em Salvador / BA. Autor do livro *O Reino que Não Será Destruído: Estudos Elementares no Livro do Profeta Daniel*. Campinas: Bernhard Johnson, 2022. E-mail: sousaa@carolinau.edu.

² Bacharel em Teologia e Filosofia. Mestre em Novo Testamento, Mestre e Doutor em Teologia (Bíblia). Pós-doutorando em Teologia. Professor e diretor da Faculdade Batista Pioneira, Professor do Mestrado Profissional em Teologia da FABAPAR, Professor Assistente do Mestrado em Ministérios da Carolina University (EUA) e Professor Titular do Mestrado em Estudos Teológicos do Southwestern Baptist Theological Seminary (EUA). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9550-4627>. E-mail: claiton@batistapioneira.edu.br

caráter de inspiração divina. A canonicidade vincula-se à inspiração.

Palavras-chaves: Revelação. Inspiração Divina. Canonicidade. Preservação.

ABSTRACT

Contemporary questions about the origin, nature and extent of the Scriptures require renewal of theological discernment of fundamental concepts, such as revelation, divine inspiration, canonicity and preservation. A useful way of operating such distinctions is to examine the character of texts that, although prophetic or apostolic in authorship, do not constitute the Biblical Canon. There is a difference between the divinely inspired text and the documentary sources used. There was revelation unaccompanied by inspiration, but not inspiration devoid of revelation. Divine inspiration is associated with the text, and not with the person of the author. A source may not be inspired, but its record is. The varied forms of elaboration do not detract from the character of divine inspiration. Canonicity is linked to inspiration.

Keywords: Revelation. Divine Inspiration. Canonicity. Preservation.

INTRODUÇÃO

Há um constante movimento de crítica em relação a pontos fundamentais da Fé Cristã, o que infelizmente avança para o ambiente das igrejas evangélicas. Tópicos valiosos têm sido questionados por pessoas que se deixam influenciar por desinformações veiculadas nas redes sociais e até mesmo em púlpitos de certas agremiações pós-modernistas ou ideologicamente orientadas.

Uma das áreas especialmente atacadas é a da Bibliologia ou Doutrina das Sagradas Escrituras. Desde priscas eras, a desconfiança quanto à Palavra de Deus constituiu o pilar de uma “hermenêutica do diabo” (cf. Gn 3.1-5), que busca fragmentar, descontextualizar e menosprezar a Palavra do SENHOR (cf. Mt 4.1-11; Lc 4.1-13). Mostra-se ainda mais vasto o plantio da heresia por causa do precário nível de conhecimento bíblico, ao que se associa uma desgastada identidade confessional e uma absorção acrítica ou mesmo inconsciente da atmosfera contemporânea.

Num cenário com as mencionadas características, não será difícil perceber a confusão que existe em torno da natureza e status da Bíblia Sagrada, o que redundará em equiparações estapafúrdias, que a tomam como estando em pé de igualdade com a Emoção, com a Tradição, com a Experiência ou uma alegada “voz do Espírito”; ou que a relegam à condição de simples referência para a vocalização de preconceitos, interesses e causas variadas. Em lugar de Texto Inspirado, a Escritura passa a ser entendida, na prática, como uma espécie de “livro inspirador”, e não mais que isso.

Para uma abordagem adequada dessas questões, é necessário examinar em que consiste a Palavra de Deus. Com esse propósito, será útil averiguar por que são canônicos somente os textos que compõem a Bíblia Sagrada na tradição protestante, algo que, além de se relacionar a critérios historicamente consolidados, ilustra a Providência Divina em termos de preservação das Escrituras.

No presente artigo, para que se possa demonstrar a necessária distinção entre revelação, inspiração, canonicidade e preservação, discutem-se as implicações teológicas da existência de textos que, embora escritos por profetas ou apóstolos, não vieram a compor o Cânon. A isto se somam questões acerca de outros textos não canônicos mencionados nas Escrituras.

Espera-se que o estudo possa contribuir para uma apresentação técnica de conceitos que, conquanto verbalmente formulados, nem sempre são compreendidos com clareza, o que pode acarretar graves problemas espirituais e doutrinários para a Igreja, caso não haja um diagnóstico preciso, seguido de reflexão teológica e orientação pastoral pertinente.

1. PRESSUPOSTOS

Registre-se, *ab initio*, que este trabalho, dedicado a temas de interesse da Bibliologia, compartilha a herança de fé identificada com o Cristianismo histórico e ortodoxo, assente nos Credos da Era Patrística e em confissões de fé afinadas com a Reforma Protestante, do que são exemplos os Trinta e Nove Artigos da Religião (1563), a Confissão de Fé de Westminster (1647) e a Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil (2017).³

Referido compromisso confessional é fortalecido pelas contribuições de obras como O Alicerce da Autoridade Bíblica⁴, *Sola Scriptura*⁵, Autoridade⁶ e A Bíblia: A Sempre Atual Palavra de Deus⁷.

A obra O Alicerce da Autoridade Bíblica, editada por James Montgomery Boice, consiste em produção literária associada ao Concílio Internacional sobre a Inerrância Bíblica (com os autores Francis A. Schaeffer, John H. Gerstner, J. I. Packer, Gleason Archer, R. C. Sproul, James Montgomery Boice e Kenneth Kantzer), e seu valor repousa no posicionamento evangélico dos autores e na abordagem conservadora de temas como inspiração, natureza da Escritura, inerrância e pregação da Palavra de Deus.

O livro *Sola Scriptura*, fruto do trabalho de diversos autores de orientação conservadora, constitui material de grande interesse porque a premissa de que a Bíblia é a única regra de fé precisa ser dada como lastro de toda abordagem bibliológica, sob pena de se incorrer em aventuras criticistas.

O elevado apreço devotado por Martyn Lloyd-Jones à autoridade das Escrituras, além de merecer registro como herança típica da tradição puritana, deve participar de pesquisa que reconhece a Bíblia Sagrada o atributo de “regra de fé e prática”, o que está umbilicalmente vinculado à sua origem. No segmento pentecostal, Claudionor de Andrade enfatiza os pressupostos válidos de abordagem e interpretação da Bíblia Sagrada.

Dentro dessas balizas, cabe, pois, destacar a crença de que a Bíblia é a Palavra de Deus, a revelação escrita divinamente inspirada, inerrante, infalível, autoritativa, suficiente, perfeita, completa, absoluta, soberana, verdadeira, compreensível, eterna, sempre atual e apta para salvar.

2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2.1 REVELAÇÃO

No campo teológico, revelação é a comunicação sobrenatural da natureza, do caráter e dos desígnios de Deus, por Sua iniciativa, mediante atos e palavras (“obras poderosas” e “palavras proféticas”)⁸, tendo como destinatária a humanidade.

A revelação geral abrange a Criação (cf. Sl 19.1-6; Rm 1.19-21), a História (cf. Am 9.7) e a Consciência Humana (cf. Rm 2.12-15), enquanto a revelação especial se opera por meio das Escrituras, que apontam para a Pessoa e Obra de Cristo Jesus (cf. 1 Co 2.9-13; Hb 1.1,2; 1 Pe 1.10-12).

O conceito de revelação atém-se ao *conteúdo* da mensagem concedida por Deus.

Há evidências bíblicas no sentido de que nem tudo o que foi revelado veio a ser objeto de registro escriturístico (cf. Jo 20.30; 21.24, 25; 2 Co 12.1-4; Hb 5.11; 2 Jo 12; Ap 10.4); e de que antes da

³ Embora a data do referido documento seja recente, trata-se de declaração formulada na esteira da longa tradição assembleiana, representada pelo “Cremos” e por literatura publicada pela editora oficial, seguindo os pilares básicos da Declaração de Verdades Fundamentais das Assembleias de Deus (1916).

⁴ BOICE, James Montgomery (editor). **O alicerce da autoridade bíblica**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1989, 196 p.

⁵ BICKEL, Bruce; *et al.* **Sola Scriptura**: numa época sem fundamentos, o resgate do alicerce bíblico. Tradução de Rubens Castilho. São Paulo: Cultura Cristã, 2000, 219 p.

⁶ LLOYD-JONES, D. Martyn. **Autoridade**. Tradução de Miriam V. Olivetti. São Paulo: PES, 2015, 104 p.

⁷ ANDRADE, Claudionor de. **A Bíblia**: a sempre atual Palavra de Deus. Campinas: EETAD, 2021, 176 p.

⁸ COMFORT, Philip Wesley (edit.). **A Origem da Bíblia**. Tradução de Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, 435 p.

sedimentação em texto houve tradição oral, na esteira do testemunho dos apóstolos (cf. Lc 1.1-4; At 1.1-4; 1 Co 11.23; 15.1-3; 2 Ts 2.2, 15).

De acordo com Claudionor de Andrade, a “revelação canônica estendeu-se, aproximadamente, por cinco mil anos, indo de Adão, o pai da raça humana, a João, o Evangelista”. Adiante, o escritor ensina que “a revelação precedeu a inspiração da Bíblia Sagrada”, e que, na “maioria das vezes, porém, ambas caminhavam *pari passu* – simultaneamente”.⁹

2.2 INSPIRAÇÃO DIVINA

Inspiração divina foi o *processo* sobrenatural pelo qual homens santos veicularam as palavras de Deus, oralmente ou por escrito (cf. 2 Tm 3.15-17; 2 Pe 1.19- 21). A procedência divina das palavras proféticas era conscientemente ressaltada por expressões como “Assim diz o SENHOR”, “E disse o SENHOR”, “Veio a mim a palavra do SENHOR, dizendo”, “Palavra do SENHOR” e “Ouvi esta palavra que o SENHOR fala”.¹⁰

Os profetas eram porta-vozes de Deus, exerciam um ministério definido, falavam com autoridade, não eram simples intérpretes dos fatos histórico-sociais, e buscavam conduzir o povo a adorar a Deus conforme a Lei. A mensagem profética confirmava-se pela realidade das obras e eventos que caracterizam a História da Redenção (Dilúvio, Êxodo, Conquista de Canaã, vitórias militares, milagres, Cativoiro, Dispersão, Retorno no Pós-Exílio, Reedificação do Templo, entre outros).

No caso específico da Escritura, o texto de 2 Timóteo 3.15-17 contém o expressivo termo *theopneustos*, que significa “divinamente inspirada” ou “soprada por Deus”. A ideia subjacente é de que a Escritura foi comunicada, manifesta pelo Espírito Santo, que evidencia Seu poder criador, transformador, libertador e renovador (cf. Gn 1.1-2.3; Jó 33.4; 34.14; Sl 33.6; Is 30.28, 33; 48.16; 61.1; Ez 36.27; Jl 2.28, 29; Mq 3.8).

Semelhantemente aos profetas, os apóstolos tinham plena convicção de que seus textos eram fruto da comunicação divina, consistindo na própria Palavra de Deus (cf. 1 Co 2.13; 4.1; 14.37; 2 Co 5.20). A doutrina de Cristo era a “doutrina dos apóstolos” (cf. At 2.42), e o “fundamento” da Igreja foi por eles firmado (cf. Ef 2.20; ver ainda 1 Co 3.10, 11; Ef 4.10-13).

Packer ensina que, ao lado do conceito mais estrito de inspiração das Escrituras, está um conceito mais genérico que a define como “influência divina, a qual habilitou os instrumentos humanos da revelação – profetas, salmistas, sábios e apóstolos – a falar, bem como escrever, as palavras de Deus”.¹¹ E, segundo Carl F. H. Henry, “os apóstolos não faziam distinção entre seus ensinamentos falados e escritos”.¹²

A Escritura fala de Deus porque para isso foi instituída, e não para servir como simples testemunha da verdade (teologia dialética), mero retrato humano de experiências espirituais (teologia da experiência) ou produto de uma inspiração intelectual, artística ou literária (teologia liberal).

A inspiração pelo Espírito Santo não consistiu em comunicação de ideias gerais, tampouco numa operação física ou psicológica, mas, sim, numa atuação poderosa, misteriosa e sobrenatural do Espírito de Deus para que seres humanos escolhidos escrevessem o conteúdo revelado. A inspiração é, pois, verbal e plenária, de modo que as palavras registradas foram e são “as palavras de Deus” (cf. Rm 3.1, 2).

Não obstante o portador da mensagem fosse um homem, as palavras provinham de Deus, e somente d’Ele. Isto, porém, não anula as diferentes *formas de elaboração*, das quais se podem citar as que seguem: registro de visão ou de mensagem ouvida; compilação de documentos e/ou tradições

⁹ ANDRADE, 2021, p. 60.

¹⁰ Lloyd-Jones informa que frases como “o Senhor disse”, “o Senhor falou” e “a palavra do Senhor veio” são empregadas 3.808 vezes no Antigo Testamento (LLOYD-JONES, 2015, p. 54).

¹¹ COMFORT, 1998, p. 50.

¹² COMFORT, 1998, p. 36.

(a exemplo de genealogias, livros, provérbios e cantigas populares); inserção do que se consignou nas Tábuas “com o dedo de Deus”; memórias pessoais; anotações de viagens; reflexão teológica; notas sobre dados arquitetônicos ou de ornamentação, de acordo com as orientações divinas; apontamento de discursos e doxologias proferidas por reis pagãos; interpretação inspirada de passagens escriturísticas; citação de declarações não inspiradas etc.

Por conseguinte, há aqui uma importante distinção entre o texto divinamente inspirado e as fontes a que eventualmente tenha recorrido¹³: o texto canônico foi divinamente inspirado, mas não necessariamente as fontes utilizadas.¹⁴

2.3 CANONICIDADE

O vocábulo “cânon” é de origem grega (provavelmente derivada do semítico *qānēh*)¹⁵, significa “vara de medir” ou “regra”, e passou a nominar a lista dos Livros tidos como integrantes das Escrituras Sagradas.

Noções ainda primitivas de cânon e de autoridade escriturística estão presentes na Bíblia (cf. Ex 34.27, 28; Dt 31.9-11, 24-26), e se relacionam aos *concertos* firmados por Deus (cf. Ex 24.1-8; Dt 4.2; 12.32; 2 Rs 23.1-3; Ne 8.1-9.38; Jr 31.31; Mc 14.24; 1 Co 11.25; Hb 8.13; 9.18-20; Ap 22.18, 19).¹⁶

A Igreja reconheceu todos os Livros da Bíblia Hebraica como o seu “Antigo Testamento”, identificado como “a Lei, os Profetas e os Escritos”, entre outras designações provenientes da cultura religiosa judaica (cf. Mt 5.17; 7.12; Lc 24.44; Rm 1.2; 3.2, 21; 16.26; 2 Co 3.14). O Antigo Testamento é visto, em 2 Pe 1.20, como “profecia da Escritura”, de onde decorre “uma autoridade magisterial plena e completa”.¹⁷ A autoridade das páginas neotestamentárias é indicada em diversas passagens, e decorre da revelação e da inspiração divina (cf. 1 Tm 5.18 citando enunciados de Lc 10.7 e Dt 25.4 – ver também 1 Co 9.9; cf., ainda, 1 Ts 2.13; 1 Pe 3.15, 16; Ap 1.1-3; 22.9, 10).

O Novo Testamento teve seu Cânon explicitamente reconhecido no Séc. IV d.C., mas o seu teor há muito era amplamente utilizado nas igrejas. Os critérios de canonicidade dos textos da Era Cristã envolviam autoria apostólica (procedente de um apóstolo ou alguém a ele relacionado); coerência doutrinária; utilização pelas comunidades de fé; e proveito ético e espiritual.

Discorrendo sobre a autoridade das Escrituras, Martyn Lloyd-Jones¹⁸ destaca o “teste da apostolicidade” como determinante para o reconhecimento do cânon, e isso estava relacionado ao testemunho da ressurreição de Jesus e ao chamado direto e específico para ser apóstolo. Então, o Novo Testamento formou-se com os escritos de apóstolos, de discípulos deles e de pessoas por eles influenciadas.

Em sua obra *A Bíblia na Igreja Antiga: Sua Criação, Uso e Interpretação*¹⁹, Justo L. González destaca o *critério do uso do texto no culto*. Nas reuniões das igrejas, havia o costume de ler cartas de líderes

¹³ Diversos documentos são mencionados na Bíblia como fontes, a saber: Livro das Guerras de Iavé (cf. Nm 21.14, 15); Livro do Justo (cf. Js 10.12, 13; 2 Sm 1.18); Provérbios e Cânticos de Salomão (cf. 1 Rs 4.32, 33); Livro da História de Salomão (cf. 1 Rs 11.41); Livro das Crônicas dos Reis de Israel (cf. 1 Rs 14.19); Livro das Crônicas dos Reis de Judá (cf. 1 Rs 14.29); Livro do Profeta Natã (cf. 1 Cr 29.29; 2 Cr 9.29); Livro de Samuel, o vidente (cf. 1 Cr 29.29); Livro de Aías, o Silonita (cf. 2 Cr 9.29); Livro de Ido, o vidente (cf. 2 Cr 9.29; 12.15; 13.22); Livro de Semaías, o profeta (cf. 2 Cr 12.15); Livro dos Reis de Judá e Israel (cf. 2 Cr 16.11); Livro dos Reis de Israel e Judá (cf. 2 Cr 27.7); Livro dos Reis (cf. 2 Cr 24.27); Anais dos Reis de Israel (cf. 2 Cr 33.18); Comentários de Jeú, filho de Hanani (cf. 2 Cr 20.34); História de Uzias escrita por Isaías, filho de Amoz (cf. 2 Cr 26.22); Livro dos videntes (cf. 2 Cr 33.19); Livro dos Medos e dos Persas (cf. Et 10.1,2).

¹⁴ Este tópico deve ser esclarecido em linhas posteriores.

¹⁵ BRUCE, F. F. **O Cânon das Escrituras**: como os livros da Bíblia vieram a ser reconhecidos como Escrituras Sagradas? Tradução de Carlos Osvaldo Pinto. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 17.

¹⁶ Vejam-se as considerações delineadas por Bruce (p. 15, 16) e Packer (p. 53, 54) na obra editada por COMFORT, devidamente citada na seção própria.

¹⁷ BOYCE, 1989, p. 107.

¹⁸ LLOYD-JONES, 2015, p. 59-60,63.

¹⁹ GONZÁLEZ, Justo L. **A Bíblia na Igreja Antiga**: sua criação, uso e interpretação. Tradução de Heber Rodriguez de Souza. Rio de Janeiro: CPAD, 2022, p. 27,28,30,72,73.

e as “memórias dos apóstolos” (cf. Cl 4.16; 1 Tm 4.13; Ap 1.3). Entre as cartas estavam documentos escritos por figuras como Clemente de Roma (aos coríntios), e Inácio de Antioquia, que encaminhou correspondências a Roma, Policarpo e cinco igrejas.

A trajetória do processo de reconhecimento eclesial dos Livros Sagrados demonstra que não houve imposição por parte de um personagem, grupo ou instituição. Declarações formais atuaram *a posteriori*, e as controvérsias mais relevantes disseram respeito a Livros que deveriam supostamente ser retirados, e não acrescidos. Os livros “deuterocanônicos” (apócrifos) da Bíblia Católica foram inseridos na Vulgata pela via da Septuaginta, mas a sua relativa popularidade²⁰ não foi capaz de garantir sua canonização entre os judeus.²¹

2.4 PRESERVAÇÃO

No que concerne à Bíblia Sagrada, preservação é a manutenção das Escrituras como texto autêntico e fidedigno, ainda que não remanesçam os autógrafos, porque a formidável quantidade de manuscritos subsistentes atesta a confiabilidade das melhores versões e traduções produzidas no curso dos séculos.

Justo L. González²² valoriza e enaltece o legado da preservação das Escrituras por parte do povo de Israel e da Igreja; de acordo com o entendimento do renomado historiador cristão, a manutenção, cópia, uso, interpretação, tradução e transmissão não podem ser tidos como eventos banais, mas, sim, como componentes da herança de fé do Deus que é Deus de vivos, e não de mortos (cf. Mt 12.27). A fé viva, deixada por tantas pessoas, contribuiu para a preservação da Bíblia Sagrada.

Com efeito, considerando o pressuposto de que a Bíblia é validada por Deus, e tendo em vista ser Ele Perfeito, Onipotente, Sábio e Provedor, não haveria lógica em se supor que a Divindade houvesse perdido o controle sobre as Escrituras que, mediante revelação e inspiração, concedera ao mundo. Não se trata simplesmente de preservação física de manuscritos, mas, sim, de manutenção de documentos proféticos e apostólicos caracterizados fundamentalmente por autoridade e inerrância (cf. Jo 10.34, 35).

Neste passo, apresenta-se a questão sobre se o texto, embora não preservado, pode ser tido por divinamente inspirado. É, então, este o ponto crucial: houve textos divinamente inspirados que Deus não preservou?

3. ESCRITOS DE AUTORIA PROFÉTICA OU APOSTÓLICA

3.1 TEXTOS PROFÉTICOS CITADOS NO ANTIGO TESTAMENTO

Sendo certo que vários documentos não canônicos são citados no Antigo Testamento, cabe apontar mais diretamente aos textos produzidos por profetas, porque demandam discernimento entre *texto profético canônico* e *texto não canônico produzido por profetas*.

Essa diferença é importante e está relacionada ao fato de que a inspiração divina é atributo do texto, e não da pessoa em si mesma. Mais do que isso: somente se pode atribuir, com segurança, o caráter de inspiração divina ao teor dos autógrafos, e não às fontes em que se basearam seus respectivos autores.

Algumas passagens bíblicas reportam-se genericamente a profecias anteriores ao Exílio Babilônico (cf. Jr 7.25; Ez 38.17; Zc 1.4; 7.7), enquanto Dn 9.2, ao aludir ao texto de Jr 25.11, 12, parece indicar a existência de um corpo de literatura profética (“os livros”).

Observe-se que o profetismo israelita contou com diferentes categorias:

²⁰ DAVIDSON, F. (editor). *O Novo Comentário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1963, vol. 1, p. 57.

²¹ BRUCE, 2011, p. 41-45.

²² GONZÁLEZ, 2022, p. 11-13.

(a) os profetas não literários: uma grande quantidade de profetas exerceu o seu ofício dirigindo palavras a monarcas e ao povo, mas oralmente. Podem ser citados Micaías (cf. 2 Cr 18.1-27); Eliseu (cf. 1 e 2 Rs); Jaaziel, nos dias do rei Josafá (cf. 2 Cr 20.13-17); o profeta judeu que anunciou a ruína do altar de Betel, durante o reinado de Jeroboão I (1 Rs 13); os cem profetas protegidos pelo mordomo do rei Acabe, chamado Obadias (cf. 1 Rs 18), afora os muitos profetas não identificados nominalmente (cf. Jr 25.3-6), como um personagem da época dos Juízes, no contexto da história de Gideão (cf. Jz 6.7-10);

(b) os profetas literários: para os fins deste trabalho, são aqueles que efetivamente foram autores de Livros pertencentes ao Cânon: tais escritores não estão necessariamente inseridos na seção dos “Profetas” – Moisés e Davi, autores, respectivamente, do Pentateuco e de vários Salmos, são designados como profetas. Os profetas literários são os autores dos Livros de Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias, podendo-se considerar a atuação profética no registro que deu ensejo aos Livros de Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis (além de Rute), em conformidade com o entendimento subjacente à classificação hebraica das Escrituras.

Há o caso especialíssimo do profeta Elias, autor de uma carta possivelmente transcrita *in verbis* (cf. 2 Cr 21.12-15). A característica *sui generis* desse trecho é que, embora constitua fonte de texto divinamente inspirado, a autoria profética atribuída a Elias remete à atuação inspirada do tsebíta.

Um ponto digno de atenção reside na diferença entre (a) textos redigidos por profetas e divinamente inspirados e (b) textos redigidos por profetas sem caráter de documentos inspirados, mas servindo como fontes para a elaboração de textos divinamente inspirados – esta realidade, apesar de não evidente, não deve ser desconsiderada como hipótese razoável.

3.2 A DISPUTA PELO CORPO DE MOISÉS

A Epístola Geral de Judas menciona, no v. 9, o episódio da disputa pelo corpo de Moisés, que se verificou entre o arcanjo Miguel e o diabo, sendo certo que não existe, nas páginas veterotestamentárias, notícia do acontecimento. Em Deuteronômio 34.6, uma nota informa que foi o próprio Deus que providenciou o sepultamento do Seu servo, e que “ninguém tem sabido até hoje a sua sepultura” (para a expressão “O SENHOR te repreenda”, confira-se Zc 3.2).

Um texto relacionado ao sepultamento do Legislador de Israel encontra-se num livro apócrifo intitulado “Assunção de Moisés”²³. Indaga-se: teria sido ele fruto da revelação divina, mas sem o caráter de texto inspirado? Ou é texto inspirado, mas não canônico? Por que Judas cita um fato registrado em livro apócrifo? O registro é inspirado, mas a fonte, não?

De algum modo, Judas teve acesso à revelação sobre a disputa pelo corpo de Moisés, mas isso não empresta procedência divina a nenhum documento que tenha referido o episódio. Entendimento diverso atrairia a possibilidade de um cânon estendido, que não se coaduna com os critérios de canonicidade adotados pela Igreja.

3.3 A PROFECIA DE ENOQUE

Na mesma Epístola de Judas, encontra-se uma citação de “Enoque, o sétimo depois de Adão” (v. 14-15), que é um personagem bíblico da era antediluviana (cf. Gn 5.18-24; Lc 3.37; Hb 11.5). Na seara popular, o fato de Enoque ter sido arrebatado aos céus pode ter conferido à sua figura uma dimensão mística e apocalíptica. A menção da vinda do Senhor com “milhares de seus santos”, em Judas, faz recordar o texto de Dt 33.2.

Havia um livro pseudépígrafo intitulado “Primeiro Livro de Enoque”, peça da literatura apocalíptica anterior à Primeira Vinda de Cristo. O repertório enoquiano abrange, ainda, o Segundo Livro de Enoque ou “o Livro dos segredos de Enoque” (documento que sobreviveu somente em

²³ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2137.

idioma eslavo) e o Terceiro Livro de Enoque ou “O livro dos palácios”, associado ao misticismo judeu (conhecido como “o Enoque Hebreu”).²⁴

A igreja da Etiópia inseriu o Livro de Enoque em seu cânon.²⁵ Rost considera que o Novo Testamento tinha o livro como “revelação”, mas não oferece fundamento além da citação realizada por Judas.²⁶

De acordo com a Bíblia de Jerusalém²⁷, haveria em Judas diversas alusões a Enoque (ali grafado como *Henoc*): cf. Jd 4 e En²⁸ 48.10; Jd 6 e En 10.6; 12.4; Jd 13 e En 18.15s; 21.5s; Jd 16 e En 5.5. A citação presente nos vv. 14 e 15 seria um registro “certamente de memória” de En 1.9. Robert Robertson entende que Judas se referia mesmo à profecia constante do livro de Enoque, sendo a literatura apocalíptica “bem conhecida aos escritores e leitores do Novo Testamento”.²⁹

A posição defendida por Claudionor de Andrade oferece um importante balizamento: a partir desse mesmo caso da citação da profecia de Enoque por Judas, o autor ensina: “Nem todos os que receberam a revelação divina foram inspirados a escrevê-la”.³⁰ E mais:

Inserida no Cânon Sagrado, a profecia de Enoque é tão necessária, hoje, como o foi no período pré-diluviano. Aliás, foi escrita mais para os nossos dias do que para aqueles. Por essa razão, já próximo ao encerramento do Cânon Sagrado, o Espírito Santo dirigiu e inspirou Judas a selecionar, entre o farto material literário da época, a enunciação canônica do homem santo levado ao céu ainda em vida (Gn 5.24; Jd 1.14, 15). A preservação desse arcano é um dos mais belos e sublimes milagres da História Sagrada.³¹

O que se pode admitir como insofismável é que Judas, irmão do Senhor, recorre expressamente a Enoque, mas não é possível assegurar que o escritor bíblico tenha citado um texto apócrifo, mesmo porque este, escrito no contexto dos dois séculos anteriores a Cristo, não poderia ser atribuído ao “sétimo depois de Adão”.

Será mais adequado supor que houvesse uma longa tradição profética que, remontando a Enoque, antecipava a vinda do Senhor. Essa tradição pode ter sido absorvida por documentos pseudepígrafos. De toda maneira, o que Judas menciona é algo que “profetizou também Enoque”, e não algum enunciado dependente de livro espúrio.

3.4 AS OUTRAS EPÍSTOLAS PAULINAS AOS CORÍNTIOS

Há a possibilidade de que o apóstolo Paulo tenha escrito quatro cartas aos Coríntios, de modo que a Primeira seria, na verdade, a segunda, e, por sua vez, a que se conhece como a Segunda seria a quarta.

Existem indícios não desprezíveis quanto a esse tema: em 1 Co 5.9-11, Paulo menciona ter redigido anteriormente uma carta àquela igreja; e o texto de 2 Co 10-13 parece constituir uma mudança abrupta na argumentação do apóstolo, o que pode eventualmente ser tomado como posterior adição da carta “perdida”.

Ainda no Séc. I, parece ter havido uma reunião dos escritos de Paulo (um *corpus* paulino), primeiramente com dez, e em seguida com treze epístolas. Antes disso, a manutenção das cartas estivera a cargo dos destinatários (indivíduos ou comunidades).³²

²⁴ Confrim-se informações em BRUCE, 2011, p. 77-79.

²⁵ COMFORT, 1998, p. 14.

²⁶ ROST, Leonhard. **Introdução aos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos Manuscritos de Qumran.** Tradução de Mateus Ramalho Rocha. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 143. Confrim-se as informações apresentadas às páginas 136-143.

²⁷ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 2137, 2138.

²⁸ Cuida-se do documento comumente identificado como “1 Enoque” ou “Enoque Etíope”.

²⁹ DAVIDSON, 1963, vol. 2, p. 1446.

³⁰ ANDRADE, 2021, p. 61.

³¹ ANDRADE, 2021, p. 61.

³² COMFORT, 1998, p. 21-22.

Justino Mártir, no Séc. II, refere-se ao fato de que as igrejas liam “as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas”.³³

Quanto à evidência de uma epístola anterior a 1 Co, alguma razão ensejou o seu desaparecimento. Por se considerar que as declarações verbais dos apóstolos detinham autoridade, é possível que a Providência Divina tenha reservado àquela Carta uma função temporária ou circunstancial.

No que toca à “quarta epístola”, não parece haver robustez na hipótese de que 2 Co 10-13 seriam uma adição, embora, de fato, haja mudança significativa no andamento.

3.5 A EPÍSTOLA PAULINA “DE LAODICEIA”

O apóstolo Paulo recomenda aos colossenses que leiam a carta “de Laodiceia”, assim como espera que os laodicenses leiam aquela que fôra dirigida aos irmãos de Colossos (cf. Cl 4.16). Surge, então, razoável questionamento: a que carta Paulo se refere, se aparentemente não se tem conhecimento de uma epístola aos Laodicenses?

Há a suposição de que a referida carta seja a Epístola aos Efésios, que teria sido dirigida como carta circular; a expressão “de Laodiceia” poderia ser uma alusão ao local de origem, e não à igreja de destino³⁴ – estas são hipóteses. O que se tem como dado concreto é que, à primeira, vista, num exame literal do texto, haveria uma carta endereçada aos laodicenses que não se pode identificar.

Nota da Bíblia de Jerusalém³⁵ afirma que se trata “sem dúvida” da Epístola aos Efésios, mas não oferece argumentos nem apresenta provas nesse sentido.

F. F. Bruce, que apresenta diversas informações sobre a polêmica em torno da carta aos Laodicenses, considera mais provável que se tratasse de uma correspondência dirigida àquela igreja.³⁶

Se a carta “perdida” dos Laodicenses é, na verdade, a que foi destinada aos Efésios, o texto é, por óbvio, divinamente inspirado. Caso seja uma carta especificamente dirigida aos de Laodiceia, como não chegou à posteridade, não há razão para afastar peremptoriamente o caráter de documento inspirado, podendo-se admitir, no entanto, uma função temporária ou circunstancial.

4. QUESTÕES E RESPECTIVA ABORDAGEM

4.1 HIPÓTESES SUSCITADAS

O enfrentamento de hipóteses contribui para elucidação do tema, notadamente numa época de tantas elocuições dissonantes no que concerne às Escrituras e à voz do Espírito Santo. Senão vejamos:

(a) Todas as fontes escriturísticas foram divinamente inspiradas? Se a resposta for sim, surge um problema decorrente de sua não preservação. Sugere-se, neste artigo, que inspirado é o texto das Escrituras, e não qualquer fonte a que tenham elas recorrido, ao mesmo tempo em que se deve reconhecer a autoridade das palavras proferidas pelos apóstolos e profetas, verbalmente ou por escrito;

(b) Há possibilidade de uma fonte escriturística ter sido fruto de revelação, mas sem status de texto divinamente inspirado? Se a resposta for sim, acentua-se a diferença entre revelação e inspiração, algo que pode ser útil à consolidação dos conceitos. Entre documentos e tradições orais, muitas informações devem ter percorrido o amplo caminho entre Adão e os escritores sagrados, como atestam os casos de Enoque e da disputa pelo corpo de Moisés. Pode-se mencionar, ainda, as misteriosas figuras de Janes e Jambres, que, conforme Paulo (cf. 2 Tm 3.8), resistiram a Moisés, remetendo o leitor a passagens antiquíssimas (cf. Ex 7.11, 12; 8.7-19; 9.11). Há, pois, razoabilidade em se admitir que a revelação divina se manifestou de modos misteriosos e inescrutáveis, mas que aquilo

³³ COMFORT, 1998, p. 22.

³⁴ Posicionamento do herege Marciano, que deu a Efésios o título “Aos Laodicenses” (BRUCE, 2011, p. 216).

³⁵ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 2059.

³⁶ BRUCE, 2011, p. 216-218. Ver também p. 118-120.

que Deus pretendeu comunicar de maneira definitiva e duradoura se acha registrado na Bíblia Sagrada;

(c) Há fontes escriturísticas divinamente inspiradas, mas que não reúnem todos os critérios de canonicidade? Se a resposta for sim, pode-se cogitar a não preservação como decorrência da não canonicidade, mas remanesce o problema de um texto divinamente inspirado que, por alguma razão, não seria canônico. Em resposta a esse ponto, deve-se observar que todo texto canônico é divinamente inspirado, embora não se possa afirmar categoricamente que todo texto divinamente inspirado tenha recebido canonização.

4.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para fins didáticos, distribuem-se por tópicos, a seguir, os principais elementos extraídos da presente reflexão:

(a) As Escrituras Sagradas constituem a Revelação Escrita de Deus, e o processo que nelas resultou foi a inspiração divina, que não mais se repete;

(b) Os profetas veterotestamentários falaram sob inspiração divina, tanto os literários como os não literários;

(c) A inspiração divina é atributo do texto, e não da pessoa;

(d) As Escrituras Sagradas têm sua autoridade vinculada à origem divina;

(e) A inspiração divina convive com diferentes formas de elaboração;

(f) As fontes mencionadas no Antigo Testamento não foram divinamente inspiradas, mas, sim, o seu registro, havendo a possibilidade de que certos profetas referidos como autores das fontes tenham sido, eles mesmos, autores sagrados, porque responsáveis pelo arranjo final dos textos;

(g) Não há espaço, dentro da ortodoxia cristã, para flexibilização da Doutrina da Inspiração Divina, segundo abordagens decorrentes do Método Histórico-Crítico, com sua Crítica das Fontes, da Forma, da Tradição, Histórica, Literária, Retórica ou Redacional;

(h) Os escritores dos textos divinamente inspirados foram os próprios autores, e não os redatores das fontes;

(i) Os textos divinamente inspirados abeberaram-se de documentos e tradições orais abrangidos pela revelação divina, mas a inspiração está associada exclusivamente às Escrituras;

(j) Documentos proféticos ou apostólicos “perdidos” podem ter sido divinamente inspirados, mas cumpriram função temporária e circunstancial.

Importa retornar constantemente aos fundamentos da Bibliologia para que se afastem todos os erros que, de variadas formas, procuram infirmar a natureza superior da Bíblia, frequentemente posta num esquema horizontal com os dados da Tradição, da Razão, da Emoção ou da Experiência – é que, se a Bíblia constitui a Palavra de Deus divinamente inspirada, isto não se dá por alguma demonstração abstrata, genérica, difusa, psicológica, experiencial, sensorial ou meramente intelectual sobre Quem Deus é e o que Ele faz.

A Escritura define-se como a Palavra Deus porque por Ele foi soprada, resultando de proclamação que o Espírito Santo decidiu vocalizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento mais eficaz para a refutação de heresias que ferem a Doutrina das Sagradas Escrituras é a constante revivificação dos conceitos elementares da Fé Cristã, tendo em conta a vulnerabilidade que caracteriza a todos os seres humanos, por mais conservadores que se possam afirmar. A relativização da Doutrina da Inspiração Divina enseja uma infeliz equiparação entre passagens bíblicas e tradições ou documentos pretéritos.

É certo que a Bíblia contém trabalhos hermenêuticos *intra muros*, notas editoriais, explicações de cunho linguístico e cultural, epígrafes adicionadas, mas a clareza do fenômeno correspondente deveria bastar para que se entendesse tratar-se do modo pelo qual o Espírito Santo dirigiu os autores bíblicos, a fim de que a História da Redenção se costurasse em fios literários adequados à composição de um Livro.

Bem por isso, as figuras de linguagem, as estruturas literárias, os estilos, as ênfases e os gêneros literários constituem a dimensão literária da Palavra de Deus, não para diminuir seu poder de História da Redenção e Teologia Genuína: antes, para destacar, valorizar, enriquecer e elevar o repositório pelo qual o pecador poderia vir a conhecer o Filho Unigênito de Deus como o Salvador do mundo.

Um componente que não se pode olvidar é o fato de que a fragilização do conceito de inspiração divina conduz à fragilização do conceito de cânon, e, com isso, da própria autoridade das Escrituras.

Quando se admite a possibilidade de que o Texto Bíblico tenha se originado de camadas sucessivas de redações, compilações, reinterpretações, releituras e acomodações – incluindo até mesmo “mentiras piedosas” – não há como se sustentar filiação à autoridade escriturística. Quem confia na Palavra de Deus aceita-a como a Verdade Suprema, sem hesitações.

Nesse diapasão, abordagens decorrentes do Método Histórico-Crítico, com sua Crítica das Fontes, da Forma, da Tradição, Histórica, Literária, Retórica e Redacional, vêm buscando solapar os pressupostos válidos de interpretação bíblica, segundo os quais a Bíblia é a Palavra de Deus divinamente inspirada, inerrante, infalível, suficiente, autoritativa, absoluta, perfeita, verdadeira, completa, compreensível, sempre atual, eterna e apta para salvar.

Dito isso, há de se apegar ao testemunho que a Bíblia oferece a seu respeito, como literatura singular, incomparável, incontrastável, alteando-se por cima de quaisquer documentos ou tradições.

É por isso que se deve diligenciar pelo estudo dos aspectos que diferenciam o Texto Bíblico de documentos outros, como as fontes utilizadas por seus autores, sem descurar do desafio imposto pela múltipla alusão bíblica a escritos proféticos e apostólicos que não chegaram ao conhecimento da posteridade, não adentraram ao Cânon, e, assim, não podem constituir base para um “cânon estendido”.

Aparentemente, a suposição de que se angariou conhecimento amplo e consolidado sobre Bibliologia pode esconder um abismo profundo no qual a Bíblia não é tratada de modo especial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Claudionor de. **A Bíblia**: a sempre atual Palavra de Deus. Campinas: EETAD, 2021.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BICKEL, Bruce; *et al.* **Sola Scriptura**: numa época sem fundamentos, o resgate do alicerce bíblico. Tradução de Rubens Castilho. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

BOICE, James Montgomery (edit.). **O alicerce da autoridade bíblica**. Tradução de Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 1989.

BRUCE, F. F. **O Cânon das Escrituras**: como os livros da Bíblia vieram a ser reconhecidos como Escrituras Sagradas? Tradução de Carlos Osvaldo Pinto. São Paulo: Hagnos, 2011.

COMFORT, Philip Wesley (edit.). **A Origem da Bíblia**. Tradução de Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2019.

DAVIDSON, F. (edit.). **O Novo Comentário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1963. 2 Vols.

GONZÁLEZ, Justo L. **A Bíblia na Igreja Antiga: sua criação, uso e interpretação.** Tradução de Heber Rodriguez de Souza. Rio de Janeiro: CPAD, 2022.

LLOYD-JONES, D. Martyn. **Autoridade.** Tradução de Miriam V. Olivetti. São Paulo: PES, 2015.

ROST, Leonhard. **Introdução aos Livros Apócrifos e Pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos Manuscritos de Qumran.** Tradução de Mateus Ramalho Rocha. São Paulo: Paulinas, 1980.



*A Revista Batista Pioneira está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações -
4.0 Internacional*